

**EDITAL VERTICALIZADO**

**CODEVASF**

**ASSESSOR JURÍDICO - DIREITO**



**A CASA DO  
SIMULADO**

praticar é a chave!

# CONCURSO DE CODEVASF

## CARGO: ASSESSOR JURÍDICO – DIREITO

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** 31/01/2021 (TARDE)

**DURAÇÃO:** 4h30

**BANCA:** CEBRASPE.

**FASES DO CONCURSO:**

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório.

### PROVAS OBJETIVAS

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Especializados.

**PONTUAÇÃO:** 120 pontos.

### PROVA DISCURSIVA

---

A prova discursiva consistirá da **redação de uma questão discursiva** acerca dos **conhecimentos especializados** do cargo Assessor Jurídico – Direito.

- **PONTUAÇÃO:** 30 pontos.
- **LIMITE MÁXIMO DE LINHAS:** 30 linhas.
- **Caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.**

### CRITÉRIO DE CORREÇÃO

- A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.
- A avaliação de conteúdo será feita por pelo menos dois examinadores. A nota de conteúdo do candidato será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.
- Duas notas de conteúdo da prova discursiva serão consideradas convergentes se diferirem entre si em até 25% da nota máxima de conteúdo possível na prova discursiva.

**A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir:**

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 30,00 pontos;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza linguística, tais como grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- d) será calculada, então, a nota na prova discursiva (NPD) pela fórmula:

$$\text{NPD} = \text{NC} - 6 \times \text{NE} \div \text{TL},$$

em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na resposta à questão proposta;

- e) será atribuída nota zero ao texto que obtiver  $\text{NPD} < 0,00$ .

**OBSERVAÇÕES:**

- A folha de texto definitivo da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva.** Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu preenchimento
- Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.
- **Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver  $\text{NPD} \geq 15,00$  pontos.**
- O candidato que não se enquadrar no subitem 10.7.6 do edital não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver seu caderno de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 10.7.7 do edital não terá classificação alguma no concurso.

# CONHECIMENTOS BÁSICOS

## LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					
7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).					
7.1 Aspectos gerais da redação oficial.					

<b>7.2 Finalidade dos expedientes oficiais.</b>					
<b>7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento.</b>					
<b>7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.</b>					

## ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e função pública.					
2 Ética no setor público.					
2.1 Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).					
2.2 Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.					
3 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
3.1 Disposições gerais.					
3.2 Atos de improbidade administrativa.					
4 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo administrativo).					
5 Lei nº 10.520/2002.					
6 Lei nº 13.303/2016.					
7 Regimento Interno da Codevasf.					
8 Estatuto Social da Codevasf.					

# NOÇÕES BÁSICAS DE ORÇAMENTO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Orçamento público.</b>					
<b>1.1 Conceito</b>					
<b>1.2 Técnicas orçamentárias.</b>					
<b>1.3 Princípios orçamentários.</b>					
<b>1.4 Ciclo orçamentário.</b>					
<b>1.5 Processo orçamentário.</b>					
<b>2 O orçamento público no Brasil.</b>					
<b>2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.</b>					
<b>2.2 Plano plurianual.</b>					
<b>2.3 Diretrizes orçamentárias.</b>					
<b>2.4 Orçamento anual.</b>					
<b>2.5 Sistema e processo de orçamentação.</b>					
<b>2.6 Classificações orçamentárias.</b>					
<b>2.7 Estrutura programática.</b>					
<b>2.8 Créditos ordinários e adicionais.</b>					
<b>3 Programação e execução orçamentária e financeira.</b>					
<b>3.1 Descentralização orçamentária e financeira.</b>					
<b>3.2 Acompanhamento da execução.</b>					
<b>3.3 Sistemas de informações.</b>					
<b>3.4 Alterações orçamentárias.</b>					
<b>4 Receita pública.</b>					
<b>4.1 Conceito e classificações.</b>					
<b>4.2 Estágios.</b>					
<b>4.3 Fontes.</b>					
<b>4.4 Dívida ativa.</b>					

<b>5 Despesa pública.</b>					
<b>5.1 Conceito e classificações.</b>					
<b>5.2 Estágios.</b>					
<b>5.3 Restos a pagar.</b>					
<b>5.4 Despesas de exercícios anteriores.</b>					
<b>5.5 Dívida flutuante e fundada.</b>					
<b>5.6 Suprimento de fundos.</b>					
<b>6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).</b>					
<b>7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações. Licitações e Contratos Administrativos (de acordo com a Lei nº 13.303/2016).</b>					

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Sistema Operacional Windows.					
2 Editores de texto (MSWord e Writer), processadores de planilhas eletrônicas (MS Excel e Calc) e editores de apresentações (MS Power Point e Impress).					
3 Navegadores de Internet (Google Chrome, Mozilla Firefox).					
4 Correio eletrônico.					
5 Noções de segurança da informação.					

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>1.2 Elementos.</b>					
<b>1.3 Poderes e organização.</b>					
<b>1.4 natureza, fins e princípios.</b>					
<b>2 Organização administrativa da União.</b>					
<b>2.1 Administração direta e indireta.</b>					
<b>3 Agentes públicos.</b>					
<b>4 Lei nº 13.303/2016.</b>					
<b>5 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>6 Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações (dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências).</b>					
<b>7 Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 8.429/1992).</b>					
<b>8 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.</b>					
<b>9 Poderes administrativos.</b>					
<b>9.1 Poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar.</b>					
<b>9.2 Poder de polícia.</b>					
<b>9.3 Uso e abuso do poder.</b>					

# CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

## DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>1.2 Elementos</b>					
<b>2. Direito Administrativo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Objeto.</b>					
<b>2.3 Fontes.</b>					
<b>3 Ato administrativo.</b>					
<b>3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.</b>					
<b>3.2 Extinção do ato administrativo.</b>					
<b>3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.</b>					
<b>3.3 Decadência administrativa.</b>					
<b>4 Agentes públicos.</b>					
<b>4.1 Disposições constitucionais aplicáveis.</b>					
<b>4.2 Disposições doutrinárias.</b>					
<b>4.2.1 Conceito.</b>					
<b>4.2.2 Espécies.</b>					
<b>4.2.3 Cargo, emprego e função pública.</b>					
<b>4.2.4 Provimento.</b>					
<b>4.2.5 Vacância.</b>					
<b>4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.</b>					
<b>4.2.7 Remuneração.</b>					
<b>4.2.8 Direitos e deveres.</b>					
<b>4.2.9 Responsabilidade.</b>					

<b>4.2.10 Processo administrativo disciplinar.</b>					
<b>5 Poderes e deveres da administração pública.</b>					
<b>5.1 Poderes: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.</b>					
<b>5.2 Deveres: de agir, de eficiência, probidade, de prestação de contas.</b>					
<b>5.3 Uso e abuso do poder.</b>					
<b>6 Regime jurídico-administrativo.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</b>					
<b>7 Responsabilidade civil do Estado.</b>					
<b>7.1 Evolução histórica.</b>					
<b>7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.</b>					
<b>7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.</b>					
<b>7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.</b>					
<b>7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.5 Reparação do dano.</b>					
<b>7.6 Direito de regresso.</b>					
<b>8 Serviços públicos.</b>					
<b>8.1 Legislação pertinente.</b>					
<b>8.1.1 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações.</b>					
<b>8.1.2 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parceria público-privada).</b>					
<b>8.1.3 Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.</b>					
<b>8.2 Disposições doutrinárias.</b>					
<b>8.2.1 Conceito.</b>					
<b>8.2.2 Elementos constitutivos.</b>					
<b>8.2.3 Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>8.2.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>8.2.5 Classificação.</b>					

<b>8.2.6 Princípios.</b>					
<b>8.2.7 Remuneração.</b>					
<b>8.2.8 Usuários.</b>					
<b>8.3 Participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos; Lei nº 13.460/2017; o papel das ouvidorias.</b>					
<b>9 Organização administrativa.</b>					
<b>9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.</b>					
<b>9.2 Administração direta e indireta.</b>					
<b>9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.</b>					
<b>9.4.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>10 Controle da administração pública.</b>					
<b>10.1 Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>10.2 Controle judicial.</b>					
<b>10.3 Controle legislativo.</b>					
<b>10.4 Improbidade administrativa.</b>					
<b>10.4.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.</b>					
<b>11 Processo administrativo.</b>					
<b>11.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.</b>					
<b>12 Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>12.1 Legislação pertinente.</b>					
<b>12.1.1 Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).</b>					
<b>12.1.2 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.</b>					
<b>12.1.3 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					
<b>12.1.4 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>12.1.5 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).</b>					
<b>12.1.6 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).</b>					
<b>12.2 Fundamentos constitucionais.</b>					

<b>13 Contratos administrativos.</b>					
<b>13.1 Responsabilidade contratual.</b>					
<b>13.2 Legislação pertinente.</b>					
<b>13.2.1 Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.</b>					
<b>13.2.2 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos).</b>					
<b>13.3 Disposições doutrinárias.</b>					
<b>13.3.1 Conceito.</b>					
<b>13.3.2 Características.</b>					
<b>13.3.3 Vigência.</b>					
<b>13.3.4 Alterações contratuais.</b>					
<b>13.3.5 Execução, inexecução e rescisão.</b>					
<b>14 Convênios Administrativos.</b>					
<b>14.1 Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 424/2016.</b>					
<b>15 Intervenção do Estado na propriedade.</b>					
<b>15.1 Conceito.</b>					
<b>15.2 Fundamento.</b>					
<b>15.3 Modalidades.</b>					
<b>15.3.1 Limitação administrativa.</b>					
<b>15.3.2 Servidão administrativa.</b>					
<b>15.3.3 Ocupação temporária.</b>					
<b>15.3.4 Requisição administrativa.</b>					
<b>15.3.5 Tombamento.</b>					
<b>15.3.6 Desapropriação.</b>					
<b>16 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).</b>					
<b>17 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações.</b>					

# DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>2 Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>2.2 Normas programáticas.</b>					
<b>3 Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.</b>					
<b>3.2 Remédios Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança e ação popular.</b>					
<b>4 Organização político-administrativa do Estado.</b>					
<b>4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.</b>					
<b>5 Administração pública.</b>					
<b>5.1 Disposições gerais, servidores públicos.</b>					
<b>6 Poder Executivo.</b>					
<b>6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.</b>					
<b>7 Poder Legislativo.</b>					
<b>7.1 Estrutura.</b>					
<b>7.2 Funcionamento e atribuições.</b>					
<b>7.3 Processo legislativo.</b>					
<b>7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.</b>					
<b>8 Poder Judiciário.</b>					
<b>8.1 Disposições gerais.</b>					
<b>8.2 Órgãos do poder judiciário.</b>					
<b>8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>8.2.1.1 Composição e competências.</b>					

<b>8.3 Regime de precatórios.</b>					
<b>9 Funções essenciais à justiça.</b>					
<b>9.1 Ministério Público, advocacia pública.</b>					
<b>9.2 Advocacia privada e defensoria pública.</b>					
<b>10 Controle de constitucionalidade.</b>					
<b>10.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões.</b>					
<b>10.2 Ação direta de inconstitucionalidade por ação e por omissão.</b>					
<b>10.3 Ação declaratória de constitucionalidade.</b>					
<b>10.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.</b>					
<b>10.5 Representação interventiva.</b>					
<b>10.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.</b>					
<b>10.7 Recurso extraordinário.</b>					
<b>10.8 Súmula vinculante.</b>					
<b>10.9 Reclamação constitucional.</b>					
<b>10.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos.</b>					
<b>10.11 Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal.</b>					
<b>11 Defesa do Estado e das instituições democráticas.</b>					
<b>12 Sistema Tributário Nacional.</b>					
<b>12.1 Princípios gerais.</b>					
<b>12.2 Limitações do poder de tributar.</b>					
<b>12.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios.</b>					
<b>12.4 Repartição das receitas tributárias.</b>					
<b>13 Finanças públicas.</b>					
<b>13.1 Normas gerais.</b>					
<b>13.2 Orçamentos.</b>					

<b>14 Ordem econômica e financeira.</b>					
<b>14.1 Princípios gerais da atividade econômica.</b>					
<b>14.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.</b>					
<b>15 Sistema Financeiro Nacional.</b>					
<b>16 Ordem social.</b>					

## DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Domicílio.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Constituição.					
3.3 Extinção.					
3.4 Sociedades de fato.					
3.5 Associações.					
3.6 Fundações.					
4 Bens imóveis, móveis e públicos.					
5 Fato jurídico.					
6 Negócio jurídico.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Invalidez.					
7 Prescrição.					
7.1 Disposições gerais.					

<b>8 Decadência.</b>					
<b>9 Obrigações.</b>					
<b>9.1 Características.</b>					
<b>9.2 Adimplemento pelo pagamento.</b>					
<b>9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.</b>					
<b>10 Contratos.</b>					
<b>10.1 Princípios.</b>					
<b>10.2 Contratos em geral.</b>					
<b>10.3 Disposições gerais.</b>					
<b>11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.</b>					
<b>11.1 Obrigação de indenizar.</b>					
<b>11.2 Dano material.</b>					
<b>11.3 Dano moral.</b>					
<b>11.4 Responsabilidade decorrente de abuso de direito; responsabilidade pelos fatos de terceiros; responsabilidade pelos fatos das coisas; dano e indenização; dano patrimonial, dano pessoal; dano coletivo; dano social.</b>					
<b>12 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações.</b>					
<b>12.1 Consumidor.</b>					
<b>12.2 Fornecedor.</b>					

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).</b>					
<b>1.1 Normas processuais civis.</b>					
<b>1.2 Função jurisdicional.</b>					
<b>1.3 Ação.</b>					
<b>1.3.1 Conceito, natureza, elementos e características.</b>					
<b>1.3.2 Condições da ação.</b>					
<b>1.3.3 Classificação.</b>					
<b>1.4 Pressupostos processuais.</b>					
<b>1.5 Preclusão.</b>					
<b>1.6 Sujeitos do processo.</b>					
<b>1.6.1 Capacidade processual e postulatória.</b>					
<b>1.6.2 Deveres das partes e procuradores.</b>					
<b>1.6.3 Procuradores.</b>					
<b>1.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.</b>					
<b>1.7 Litisconsórcio.</b>					
<b>1.8 Intervenção de terceiros.</b>					
<b>1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.</b>					
<b>1.10 Ministério Público.</b>					
<b>1.11 Advocacia Pública.</b>					
<b>1.12 Defensoria Pública.</b>					
<b>1.13 Atos processuais.</b>					
<b>1.13.1 Forma dos atos.</b>					
<b>1.13.2 Tempo e lugar.</b>					
<b>1.13.3 Prazos.</b>					
<b>1.13.4 Comunicação dos atos processuais.</b>					

<b>1.13.5 Nulidades.</b>					
<b>1.13.6 Distribuição e registro.</b>					
<b>1.13.7 Valor da causa.</b>					
<b>1.14 Tutela provisória.</b>					
<b>1.14.1 Tutela de urgência.</b>					
<b>1.14.2 Disposições gerais.</b>					
<b>1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.</b>					
<b>1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.</b>					
<b>1.16.1 Procedimento comum.</b>					
<b>1.16.2 Disposições Gerais.</b>					
<b>1.16.3 Petição inicial.</b>					
<b>1.16.4 Improcedência liminar do pedido.</b>					
<b>1.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.</b>					
<b>1.16.6 Contestação, reconvenção e revelia.</b>					
<b>1.16.7 Audiência de instrução e julgamento.</b>					
<b>1.16.8 Providências preliminares e do saneamento.</b>					
<b>1.16.9 Julgamento conforme o estado do processo.</b>					
<b>1.16.10 Provas.</b>					
<b>1.16.11 Sentença e coisa julgada.</b>					
<b>1.16.12 Cumprimento da sentença.</b>					
<b>1.16.13 Disposições gerais.</b>					
<b>1.16.14 Cumprimento.</b>					
<b>1.16.15 Liquidação.</b>					
<b>1.17 Procedimentos especiais.</b>					
<b>1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.</b>					
<b>1.19 Processos de execução.</b>					
<b>1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.</b>					
<b>1.21 Livro complementar.</b>					

<b>1.21.1 Disposições finais e transitórias.</b>					
<b>2 Mandado de segurança.</b>					
<b>3 Ação popular.</b>					
<b>4 Ação civil pública.</b>					
<b>5 Ação de improbidade administrativa.</b>					
<b>6 Reclamação constitucional.</b>					
<b>7 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (locação de imóveis urbanos).</b>					
<b>7.1 Procedimentos.</b>					
<b>8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).</b>					
<b>9 Assunção de competência (IAC).</b>					
<b>10 Recursos.</b>					
<b>11 Precedentes vinculantes.</b>					
<b>12 Controle de constitucionalidade.</b>					
<b>13 Ação rescisória.</b>					
<b>14 Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.</b>					

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Aplicação da lei penal.					
2 Crime.					
3 Imputabilidade penal.					
4 Concurso de pessoas.					
5 Penas.					
5.1 Espécies de pena.					
5.2 Cominação das penas.					
5.3 Efeitos da condenação.					
6 Extinção da punibilidade.					
7 Crimes contra a fé pública; falsidade documental.					
8 Crimes contra a administração pública; crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; crimes praticados por particular contra a administração em geral; crimes contra a administração da Justiça.					
9 Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (abuso de autoridade).					
10 Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/1990).					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
2 Inquérito policial.					
2.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão.					
3 Prisão e liberdade provisória.					
4 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais.					
4.1 Ação penal pública.					
4.2 Titularidade, condições de procedibilidade.					
4.3 Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição.					
4.4 Ação penal de iniciativa privada.					
4.5 Titularidade.					
4.6 Queixa.					
4.7 Renúncia.					
4.8 Perdão.					
4.9 Perempção.					
4.10 Extinção da punibilidade.					
4.11 Ação civil.					
5 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.					
6 Lei nº 9.099/1995.					

# DIREITO AGRÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Direito agrário e política rural.</b>					
<b>1.1 Teoria geral do direito agrário.</b>					
<b>1.2 Formação histórica do direito agrário no Brasil.</b>					
<b>1.3 Histórico e situação da propriedade territorial rural no Brasil.</b>					
<b>1.4 Política agrária, política agrícola e política fundiária.</b>					
<b>1.5 Direito de propriedade e função social da propriedade.</b>					
<b>1.6 Atividade agrária e agrariedade.</b>					
<b>1.7 Atividade extrativa.</b>					
<b>1.8 Produção agrária e proteção ambiental.</b>					
<b>1.9 Módulo rural e módulo fiscal.</b>					
<b>2 Lei nº 4.504/1964 e alterações (Estatuto da Terra).</b>					
<b>2.1 Normas gerais de direito agrário.</b>					
<b>2.2 Legislação e doutrina agrárias.</b>					
<b>3 Programa Nacional de Reforma Agrária.</b>					
<b>3.1 Lei nº 8.629/1993 e alterações.</b>					
<b>3.2 Terras devolutas.</b>					
<b>3.2.1 Terras devolutas e terras públicas.</b>					
<b>3.2.2 Destinação das terras devolutas.</b>					
<b>3.2.3 Terras devolutas e o poder público.</b>					
<b>3.2.4 Identificação das terras devolutas.</b>					
<b>3.3 Execução e administração da reforma agrária.</b>					
<b>3.4 Desapropriação de terras para fins de reforma agrária.</b>					
<b>3.4.1 Leis Complementares nº 76/1993 e 88/1996.</b>					
<b>3.4.2 Ação discriminatória.</b>					
<b>3.4.3 Posse agrária.</b>					

<b>3.4.4 Ações possessórias.</b>					
<b>3.4.5 Espécies de desapropriação.</b>					
<b>3.4.6 Fases da desapropriação.</b>					
<b>3.4.7 Indenização.</b>					
<b>3.5 Parcelamento e loteamento rural.</b>					
<b>3.6 Registros públicos.</b>					
<b>3.7 Títulos da dívida agrária.</b>					
<b>4 Bens públicos dominiais: alienação e concessão de terras públicas.</b>					
<b>5 Regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação.</b>					
<b>5.1 Discriminação administrativa e judicial de terras.</b>					
<b>5.2 Arrecadação de imóvel abandonado.</b>					
<b>5.3 Legitimação de posse.</b>					
<b>5.4 Usucapião especial.</b>					
<b>6 Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira.</b>					
<b>7 Colonização oficial e particular.</b>					
<b>7.1 Empresa rural.</b>					
<b>7.1.1 Latifúndio.</b>					
<b>7.1.2 Minifúndio.</b>					
<b>7.2 Módulo e fração mínima de parcelamento.</b>					
<b>7.3 Indivisibilidade.</b>					
<b>8 Sistema nacional de crédito rural.</b>					
<b>8.1 Títulos de crédito rural.</b>					
<b>9 Organização da vida rural.</b>					
<b>9.1 Associativismo, cooperativismo e sindicalismo rural.</b>					
<b>9.2 Política nacional de cooperativismo.</b>					
<b>10 Terras indígenas.</b>					
<b>10.1 Regime das terras tradicionalmente ocupadas por índios.</b>					

<b>10.2 Demarcação das terras das comunidades indígenas.</b>					
<b>11 Imóvel rural: conceito e classificação.</b>					
<b>12 Usucapião constitucional rural (art. 191 da Constituição Federal e Lei nº 6.969/1981 e alterações).</b>					
<b>13 Imposto territorial rural.</b>					
<b>14 Contratos agrários.</b>					
<b>15 Justiça agrária.</b>					
<b>16 Conflitos agrários.</b>					
<b>17 Trabalho rural.</b>					
<b>17.1 Enquadramento sindical.</b>					
<b>17.2 Previdência rural.</b>					
<b>18 Legislação federal: Lei nº 601/1850; Decreto nº 1.318/1854.</b>					

## DIREITO AMBIENTAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios.</b>					
<b>2 Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal.</b>					
<b>3 Direito Ambiental Constitucional. Constituição Federal art. 225. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes.</b>					
<b>4 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA.</b>					
<b>5 Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo.</b>					
<b>6 Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento.</b>					
<b>7 Tipos de Licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental.</b>					
<b>8 O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as Infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental.</b>					
<b>9 Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985 e suas alterações). Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente.</b>					

## DIREITO FINANCEIRO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Direito financeiro.</b>					
<b>1.1 Conceito e objeto.</b>					
<b>1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.</b>					
<b>1.2.1 Normas gerais e orçamento.</b>					
<b>2 Despesa pública.</b>					
<b>2.1 Conceito e classificação de despesa pública.</b>					
<b>2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.</b>					
<b>3 Receita pública.</b>					
<b>3.1 Conceito, ingresso e receitas.</b>					
<b>3.2 Classificação das receitas públicas.</b>					
<b>4 Orçamento público.</b>					
<b>4.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.</b>					
<b>4.2 Princípios orçamentários.</b>					
<b>4.3 Leis orçamentárias.</b>					
<b>4.3.1 Espécies e tramitação legislativa.</b>					
<b>4.4 Lei nº 4.320/1964.</b>					
<b>4.5 Fiscalização financeira e orçamentária.</b>					
<b>5 Lei de responsabilidade fiscal.</b>					
<b>5.1 Planejamento.</b>					
<b>5.2 Receita pública.</b>					
<b>5.3 Despesa pública.</b>					
<b>5.4 Transferências voluntárias.</b>					
<b>5.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado.</b>					
<b>5.6 Dívida e endividamento.</b>					
<b>5.7 Gestão patrimonial.</b>					

<b>5.8 Transparência, controle e fiscalização.</b>					
<b>5.9 Disposições preliminares, finais e transitórias.</b>					
<b>6 Crédito público.</b>					
<b>6.1 Conceito e classificação de crédito público.</b>					
<b>6.2 Natureza jurídica.</b>					
<b>6.3 Controle, fiscalização e prestação de contas.</b>					
<b>7 Dívida pública.</b>					
<b>7.1 Dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária.</b>					

# DIREITO ECONÔMICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Direito econômico.					
1.1 Evolução histórica do direito econômico.					
1.2 Conceito e objeto do direito econômico.					
1.3 Sujeitos econômicos.					
2 Ordem econômica.					
2.1 Ordem econômica na Constituição Federal de 1988.					
2.1.1 Princípios gerais da atividade econômica.					
2.2 Princípios explícitos e implícitos da ordem econômica.					
3 Modalidades de intervenção do Estado brasileiro na ordem econômica.					
3.1 Intervenção direta.					
3.1.1 Entidades estatais.					
3.1.2 Monopólio estatal.					
3.1.3 Empresas estatais prestadoras de serviços públicos.					
3.2 Intervenção indireta.					
3.2.1 Agente normativo.					
3.2.2 Fiscalização estatal.					
3.2.3 Incentivo estatal.					
3.2.4 Contribuição de intervenção no domínio econômico.					
3.2.5 Exploração de recursos naturais.					
3.2.6 Parcerias público-privadas.					
4 Defesa da concorrência.					
4.1 Sistema brasileiro de defesa da concorrência.					
4.1.1 Finalidades e estrutura.					
4.2 Infrações à ordem econômica.					
4.3 Atos de concentração.					

<b>5 Ordem econômica internacional.</b>					
<b>5.1 Fases da integração econômica.</b>					
<b>5.2 GATT/OMC. 5.3 Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).</b>					
<b>5.4 Mercosul.</b>					
<b>5.5 Infrações ao comércio exterior.</b>					
<b>5.6 Instrumentos de defesa comercial.</b>					

# DIREITO TRIBUTÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Sistema Tributário Nacional.</b>					
<b>1.1 Princípios do direito tributário.</b>					
<b>1.2 Limitações do poder de tributar.</b>					
<b>1.3 Repartição das receitas tributárias.</b>					
<b>2 Tributo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Natureza jurídica.</b>					
<b>2.3 Espécies.</b>					
<b>2.4 Imposto.</b>					
<b>2.5 Taxa.</b>					
<b>2.6 Contribuição de melhoria.</b>					
<b>2.7 Empréstimo compulsório.</b>					
<b>2.8 Contribuições.</b>					
<b>3 Competência tributária.</b>					
<b>3.1 Classificação.</b>					
<b>3.2 Exercício da competência tributária.</b>					
<b>3.3 Capacidade tributária ativa.</b>					
<b>3.4 Imunidade tributária.</b>					
<b>3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.</b>					
<b>3.6 Imunidades em espécie.</b>					
<b>4 Fontes do direito tributário.</b>					
<b>4.1 Constituição Federal.</b>					
<b>4.2 Leis complementares.</b>					
<b>4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes.</b>					
<b>4.4 Tratados internacionais.</b>					

<b>4.5 Atos do poder executivo federal com força de lei material.</b>					
<b>4.6 Atos exclusivos do poder legislativo.</b>					
<b>4.7 Convênios.</b>					
<b>4.8 Decretos regulamentares.</b>					
<b>4.9 Normas complementares.</b>					
<b>5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.</b>					
<b>6 Obrigação tributária.</b>					
<b>6.1 Definição e natureza jurídica.</b>					
<b>6.2 Obrigação principal e acessória.</b>					
<b>6.3 Fato gerador.</b>					
<b>6.4 Sujeito ativo.</b>					
<b>6.5 Sujeito passivo.</b>					
<b>6.6 Solidariedade.</b>					
<b>6.7 Capacidade tributária.</b>					
<b>6.8 Domicílio tributário.</b>					
<b>6.9 Responsabilidade tributária.</b>					
<b>6.10 Responsabilidade dos sucessores.</b>					
<b>6.11 Responsabilidade de terceiros.</b>					
<b>6.12 Responsabilidade por infrações.</b>					
<b>7 Crédito tributário.</b>					
<b>7.1 Constituição de crédito tributário.</b>					
<b>7.2 Lançamento.</b>					
<b>7.3 Modalidades de lançamento.</b>					
<b>7.4 Suspensão do crédito tributário.</b>					
<b>7.5 Extinção do crédito tributário.</b>					
<b>7.6 Exclusão de crédito tributário.</b>					
<b>7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário.</b>					
<b>7.8 Renúncia de receitas tributárias.</b>					

<b>8 Administração tributária.</b>					
<b>8.1 Fiscalização.</b>					
<b>8.2 Dívida ativa.</b>					
<b>8.3 Certidões negativas.</b>					
<b>9 Impostos da União.</b>					
<b>10 Impostos dos estados e do Distrito Federal.</b>					
<b>11 Impostos dos municípios.</b>					
<b>12 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).</b>					
<b>13 Lei Complementar nº 116/2003 e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN).</b>					

## DIREITO DO TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios e fontes do direito do trabalho.					
2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988).					
3 Relação de trabalho e relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).					
4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: empregado e empregador (conceito e caracterização); poderes do empregador no contrato de trabalho.					
5 Grupo econômico; sucessão de empregadores; responsabilidade solidária.					
6 Contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.					
7 Alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.					
8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.					
9 Rescisão do contrato de trabalho: justa causa; rescisão indireta; dispensa arbitrária; culpa recíproca; indenização.					
10 Aviso prévio.					
11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.					
11.1 Formas de estabilidade; despedida e reintegração de empregado estável.					
12 Duração do trabalho; jornada de trabalho; períodos de descanso; intervalo para repouso e alimentação; descanso semanal remunerado; trabalho noturno e trabalho extraordinário; sistema de compensação de horas.					
13 Salário mínimo.					
13.1 Irredutibilidade e garantia.					
14 Férias.					
14.1 Direito a férias e sua duração; concessão e época das férias; remuneração e abono de férias.					
15 Salário e remuneração.					
15.1 Conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.					

<b>16 Equiparação salarial; princípio da igualdade de salário; desvio de função.</b>					
<b>17 FGTS.</b>					
<b>18 Prescrição e decadência.</b>					
<b>19 Segurança e medicina no trabalho.</b>					
<b>19.1 CIPA; atividades insalubres ou perigosas.</b>					
<b>20 Direito de greve e serviços essenciais.</b>					
<b>21 Características especiais dos empregados públicos.</b>					

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Justiça do trabalho. Organização. Competência.					
2 Ministério Público do Trabalho.					
3 Princípios gerais que informam o processo trabalhista.					
4 Prescrição e decadência.					
5 Substituição e representação processuais, assistência judiciária e honorários de advogado.					
6 Dissídios individuais. Dissídios coletivos.					
7 Nulidades no processo trabalhista.					
8 Recursos no processo trabalhista.					
9 Execução no processo trabalhista.					
10 Embargos à execução no processo trabalhista.					
11 Processos especiais. Ação rescisória. Mandado de segurança					

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Seguridade social.</b>					
<b>1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.</b>					
<b>2 Custeio da seguridade social.</b>					
<b>2.1 Receitas, contribuições sociais, salário de contribuição.</b>					
<b>3 Regime geral de previdência social.</b>					
<b>4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.</b>					
<b>5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.</b>					
<b>6 Previdência complementar.</b>					
<b>7 Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 70/2012; Leis nº 8.212/1991 e suas alterações, nº 8.213/1991 e suas alterações, nº 9.717/1998 e suas alterações, nº 10.887/2004 e suas alterações</b>					